

Acordo da dívida vai ser mantido

■ Bancos credores não desistirão de pacote com a mudança de governo no Brasil

CONSUELO DIEGUEZ

O negociador da dívida externa brasileira, Pedro Malan, retornou ontem de Washington e garantiu que os bancos credores do Brasil não pretendem recuar no acordo da dívida externa em razão da mudança de governo. "Os credores consideraram sinal de bom augúrio a forma como o país enfrentou a crise política, demonstrando estabilidade de suas instituições e da democracia", disse.

Malan está confiante de que o Senado aprovará o *term-sheet* assinado com os bancos. Ontem, após um almoço na Câmara Britânica de Comércio, onde fez uma exposição sobre as negociações externas para 80 empresários, Malan embarcou para Brasília, onde entregará cópia em inglês do *term-sheet* para a tradução juramentada.

O documento, de 250 páginas, será depois encaminhado a apreciação do Senado. Se aprovado, é enviado aos credores para que cada banco escolha a forma como quer receber seus débitos. A previsão de Malan é de que em junho do próximo ano o acordo seja assinado e definidas as condições de pagamento. Só nessa fase o Brasil terá que depositar as garantias exigidas pelos credores, que serão bônus emitidos provavelmente pelo Tesouro americano, com prazo de 30 anos.

FMI — O Brasil poderá, de



Malan: confiança de que o term-sheet vai ser aprovado pelos senadores

acordo com Malan, transferir esse prazo para outubro, caso não considere o momento propício para a compra desses títulos, os zero coupon bonds. Também serão levadas em consideração, à época, as negociações do país com o Fundo Monetário Internacional. É que parte dos recursos para a compra dos bônus será efetuada com recursos do Fundo e do Banco Mundial. Os desembolsos, porém, somente serão efetuados caso o Brasil cumpra seu programa de ajuste com o FMI.

O negociador da dívida brasileira disse também que o *term-sheet* prevê a dissolução do acordo caso não haja equilíbrio na escolha dos

bancos nas sete opções de pagamento apresentadas. A preocupação do governo é de que os bancos optem pela troca de dívida ao par com juros fixos e a dos bônus com desconto de 35%, que são as opções que exigem depósito de garantias. Nesse caso, o Brasil não concordará em manter o acordo.

Até a troca da dívida por títulos, o Brasil continuará pagando os juros atrasados. Assim que for aprovado o *term-sheet* no Senado, o país passa a pagar o equivalente a 50% da libor de 4,3%, o que deve representar um desembolso, até o próximo ano, de US\$ 1,5 bilhão.